

## O PAPEL DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

### Autor(res)

Luciana Calado Pena

Anna Silva Souza

Igor Queiroz De Souza Santos

### Categoria do Trabalho

1

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

### Introdução

Desde que foram instituídas em 2015, as audiências de custódia assumiram uma função fundamental no sistema de justiça criminal do Brasil. Estas audiências, instituídas pela Lei nº 13.964/2019, têm como objetivo assegurar que todos os indivíduos detidos em flagrante sejam levados a um juiz em até 24 horas após a detenção, garantindo assim a verificação da legalidade da prisão e a salvaguarda dos direitos básicos do indivíduo detido. A implementação dessas audiências é um progresso notável na luta contra a tortura e os maus-tratos, além de prevenir detenções arbitrárias. Este resumo ampliado investiga a forma como essas audiências foram integradas ao sistema jurídico do Brasil e o seu efeito na justiça criminal.

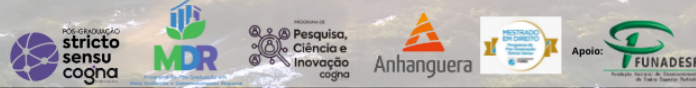
### Objetivo

Este trabalho analisa os fundamentos constitucionais das audiências de custódia e seu impacto na proteção dos direitos dos presos e na legalidade das prisões. Também aborda desafios como superlotação e infraestrutura precária nos tribunais, além de críticas à prática. Busca-se entender a eficácia das audiências e identificar áreas que necessitam de reforma no processo penal.

### Material e Métodos

Este estudo adota uma metodologia qualitativa, com revisão bibliográfica e documental. Inicialmente, foram analisados documentos jurídicos, como a Lei nº 13.964/2019 e tratados internacionais de direitos humanos, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que influenciaram a implementação das audiências de custódia no Brasil. Também foram revisadas jurisprudências de tribunais brasileiros, especialmente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para compreender a interpretação judicial sobre as audiências. Dados estatísticos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que divulga relatórios anuais sobre a implementação dessas audiências, além de informações sobre população carcerária, taxas de reincidência e práticas de tortura, foram incluídos. Por fim, artigos de periódicos acadêmicos, como a Revista Brasileira de Direito Penal, também foram analisados para discutir a eficácia das audiências.

### Resultados e Discussão



Os resultados da análise mostram que as audiências de custódia reduziram prisões ilegais e aumentaram a fiscalização sobre maus-tratos e tortura. Relatórios do CNJ apontam que, em alguns estados, cerca de 50% das prisões em flagrante resultam em liberdade provisória ou medidas alternativas, diminuindo o encarceramento em massa. Essas audiências também garantem respeito aos direitos humanos, prevenindo abusos e assegurando que as prisões sigam os princípios da legalidade e dignidade humana. A presença do juiz nas primeiras 24 horas após a prisão inibe práticas abusivas, conforme apontado por organizações como a Human Rights Watch. No entanto, a pesquisa também identificou críticas, como a falta de infraestrutura adequada nos tribunais e a superlotação de pautas, comprometendo a qualidade das audiências. Além disso, a superlotação carcerária persiste, pois muitos presos seguem em detenção provisória por longos períodos, sem julgamento adequado.

## Conclusão

As audiências de custódia, implementadas em 2015, marcam a proteção dos direitos humanos no sistema penal, ao garantir que prisões em flagrante sejam avaliadas por um juiz em 24 horas, reduzindo prisões arbitrárias e práticas abusivas. Contudo, desafios como a falta de infraestrutura, superlotação e carência de recursos humanos comprometem sua eficácia. Reformas são necessárias para aprimorar o sistema prisional e garantir uma justiça penal mais justa e respeitadora dos direitos fundamentais.

## Referências

BRASIL. Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a criação do juiz de garantias, as modificações relacionadas ao Código Penal e à Lei de Execuções Penais, além de outros temas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2019. Acesso em: 17 set. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Relatório das Audiências de Custódia: Garantias e Direitos Fundamentais. CNJ, 2022. Acesso em: 17 set. 2024.

FREITAS, N. A. As Audiências de Custódia no Sistema Penal Brasileiro: Aspectos Jurídicos e Desafios Práticos. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 27, n. 104, p. 345-370, out. 2019.

HUMAN RIGHTS WATCH. Relatório Mundial 2022: Tortura e Maus-tratos no Sistema Prisional Brasileiro. Acesso em: 17 set. 2024.

MACHADO, M. J. et al. Audiências de Custódia e seus Efeitos na Redução de Prisões Provisórias. Revista Direito Público, Brasília, v. 16, n. 64, p. 111-137, jan./mar. 2020.